

A CONSTRUÇÃO DA DESCONFIANÇA E A CRISE DA DEMOCRACIA: MÍDIA E POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO¹

Alexandre Aparecido dos SANTOS²
Rosângela da SILVA³

RESUMO: Com o objetivo de problematizar a centralidade da mídia em relação à dinâmica política contemporânea, tomando um período histórico que retoma acontecimentos que vão desde as jornadas de junho de 2013, o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff ocorrido em 2016, até a greve dos caminhoneiros ocorrida em maio de 2018 – entendidos enquanto processos que expressam um momento de crise vivenciado pela democracia representativa no país – este artigo toma a relação entre mídia e política como objeto de estudo. A abordagem teórica será realizada a partir da análise de Ianni (1997) e Miguel (2010), autores que, ao fazerem um balanço da literatura acerca desta temática reiteram a hipótese de que a mídia constrói um discurso de desconfiança acerca da política. Para tanto, serão analisadas, a partir dos dados do site Manchetômetro, o teor das notícias veiculadas no Jornal Nacional, da Rede Globo, nos períodos acima mencionados.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Mídia. Política.

Introdução

As jornadas de junho de 2013, o processo de impeachment (e as visões construídas e reproduzidas acerca deste) que retirou do poder a presidenta eleita

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP – Brasil. Bolsista Capes DS. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. alexandre.sociais@hotmail.com.

³ Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP – Brasil. Bolsista Capes DS. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. ro.toledo84@hotmail.com.

pelo voto popular Dilma Rousseff em 2016 e a greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio deste ano, constituem-se como grandes momentos que inflamaram a sociedade civil brasileira. O elemento em comum a todas essas manifestações foi a demonstração generalizada de insatisfação, seja em relação ao sistema democrático, as instituições políticas ou a prática de seus agentes.

Tais acontecimentos evidenciam um cenário político o qual pode ser facilmente entendido como um momento de crise de nosso sistema democrático representativo. Miguel (2010) faz um interessante balanço trazendo importantes contribuições para o debate acerca desta questão, Dahl (2000), por exemplo, afirma que tal fenômeno indica a construção de um “paradoxo democrático”, pois ao mesmo tempo em que há emergência de “cidadãos críticos” (NORRIS, 1999), os quais “combinam alto grau de adesão aos *valores* da democracia política (igualdade, soberania popular, etc.)”, verifica-se também “uma completa falta de fé nos mecanismos institucionais que no ocidente estão associados a ela” (MIGUEL, 2010, p. 223).

Tal fenômeno tem adquirido caráter global, e se faz presente tanto nos países de democracias consolidadas existentes em países europeus e Estados Unidos, quanto em países de democracias recentes, como no caso do Brasil. Como afirma Moisés e Carneiro (2008), em ambos os casos a desconfiança política afeta o papel do Estado e a relação dos cidadãos com o sistema democrático como um todo. Porém, há uma diferença que deve ser explicitada. Nas velhas democracias, a ideia de uma descrença na política motivou “os cidadãos a adotarem novas atitudes políticas e formas de participação na vida pública [...]” e a pensar em “[...] reformas das instituições democráticas”, enquanto que nos países de democracias recentes tal descrença revela uma tendência que tem levado o cidadão “a afastar-se da política ou a desinteressar-se de seus rumos.” (MOISÉS; CARNEIRO, 2008, p.1).

Na recente democracia nacional, após duas décadas de Ditadura Militar, vivenciamos atualmente um ciclo de governos democráticos iniciado com José Sarney, Fernando Collor de Mello e Itamar Franco. Posteriormente, entramos em um momento marcado por eleições e reeleições de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, período em que o país esteve sob o controle de dois grandes partidos que, ao menos em seus discursos, se apresentavam como representantes de duas propostas distintas de governo.

Na prática, esse foi o período mais duradouro de desenvolvimento do sistema democrático no Brasil, ou seja, a democracia representativa no país tem uma história real de menos de 40 anos. No limite, a partir desta recente história democrática podemos dizer que contemporaneamente ocorre aqui no Brasil o

que Moisés e Carneiro (2008) aponta como um descompasso entre o “significado normativo do regime democrático” e a “frustração com o desempenho das instituições democráticas”, o que resulta na desconfiança das mesmas por parte dos cidadãos.

Diante deste cenário contemporâneo e tentando olhar para além das disputas partidárias, neste trabalho refletimos sobre a seguinte questão: Qual o papel dos dispositivos midiáticos para a dinâmica política contemporânea no Brasil? E ainda, de maneira mais específica, em que medida estes dispositivos podem auxiliar na construção da referida desconfiança dos cidadãos em relação às instituições democráticas nacionais?

Ianni (1997) pode nos ajudar a problematizar a primeira questão a partir de suas análises acerca do processo de globalização. Segundo ele, este processo resultou na crise do Estado-Nação e, conseqüentemente, de todas as categorias associadas a ele, como Estado, sociedade civil, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, dentre outros. Nesse sentido, podemos dizer que, contemporaneamente, tais categorias precisam ser reelaboradas. Do mesmo modo, é preciso que surjam novas categorias para dar conta de uma realidade a qual não se encaixa mais na dinâmica clássica dos estados nacionais. Realidade essa que pode ser caracterizada por um deslocamento do lugar do desenvolvimento da política que, por sua vez, obedece, agora, a uma dinâmica ditada pela lógica da mundialização das relações políticas, econômicas e culturais.

Para Ianni (1997), a grande mídia, através de seus dispositivos, já operaria nessa lógica de mundialização, fato pelo qual ela atuaria como “intelectual orgânico das classes dominantes” na atualidade, cumprindo um papel que, para além de informar, tem a função também de formar a opinião pública, por meio de um processo de seleção e interpretação dos fatos que devem vir a ser notícia.

No âmbito da dinâmica política propriamente dita, Ianni chama a atenção para a submissão do discurso dos agentes políticos e dos partidos em si ao discurso dos dispositivos midiáticos. Esta condição coloca os dispositivos midiáticos em uma posição central em relação aos processos de desenvolvimento da dinâmica política, pois, como afirma Biroli (2011), sua interferência vai além de seu posicionamento acerca dos temas da agenda pública, ela influencia até mesmo na conformação da agenda política e eleitoral. Neste mesmo sentido, para além da capacidade da mídia de produzir a agenda pública, Miguel e Biroli (2010) afirmam que a mídia se tornou também o principal instrumento de contato entre a elite política e os cidadãos, transformou o discurso político, assim como também tem grande influência no papel de destaque que a gestão da visibilidade tem ganhado nos processos políticos.

Miguel (2010) afirma ainda que, para além dessa influência da mídia sobre o modo de fazer da política, no âmbito das disputas de poder, a mídia pode também influenciar em um processo de declínio da confiança não só na elite política como também na efetividade das instituições democráticas, isto é, da dinâmica política de modo geral. O que nos ajudará a problematizar a segunda questão em debate.

Segundo o autor, a cobertura da mídia em muitos momentos tende a ser cínica em relação à dinâmica política. Ele aponta três elementos para fundamentar tal afirmação, o primeiro seria resultante da existência do que ele chama de uma “ideologia profissional” na qual o jornalismo está totalmente envolto e que faz com que tais profissionais continuamente enxerguem que, por trás do discurso do campo político sempre há intenções escusas para serem desvendadas.

O processo de “especialização profissional”, seu segundo argumento, evidencia que devido a uma grande especialização do profissional midiático, o tratamento dado aos diversos temas torna-se muito limitado. Quanto ao tema da política, por exemplo, tais profissionais tendem a reduzir todo o discurso de um agente do campo político, seja ele sobre o mais variado dos temas cotidianos, a discursos da própria política.

Por sua vez, o terceiro elemento seria a abordagem estratégica do jornalismo sobre os feitos dos agentes do campo político, confundindo muitas vezes a esfera da vida pública com a da vida privada dos agentes políticos. Este tipo de abordagem pode acabar construindo, através da veiculação de uma narrativa de desconfiança sobre as ações dos políticos, uma imagem negativa acerca da dinâmica política como um todo.

Na tentativa de pensar essa relação entre a mídia e a produção da narrativa da desconfiança em relação às instituições políticas no Brasil, buscaremos correlacionar⁴ a teoria abordada acima com os dados produzidos pelo Manchetômetro⁵ sobre a cobertura do Jornal Nacional da Rede Globo, único telejornal acompanhado pelo site desde 2014⁶, quando o site foi criado, até o período em que ocorreu a greve nacional dos caminhoneiros, em maio de 2018.

⁴ Pensando a centralidade atribuída ao discurso e as formações discursivas por pensadores como Augé (1994), Bourdieu (1983) e Foucault (1978), entendemos que as formações discursivas ocupam o lugar de uma categoria estruturante em nossa contemporaneidade. Motivo pelo qual podemos refletir, metodologicamente, sobre questões ligadas a relações de poder dentro de um dado contexto social através dos discursos ali produzidos e veiculados, na medida em que entendemos os discursos enquanto produtos e produtores destes contextos sociais.

⁵ O Manchetômetro (2014) é um website de acompanhamento da cobertura da grande mídia sobre temas de economia e política e não tem qualquer filiação com partido político ou grupo econômico.

⁶ No início de julho de 2014, o Laboratório de Estudos da Mídia e da Esfera Pública (LEMEP) colocou no ar o Manchetômetro. Durante os meses seguintes, a equipe fez o acompanhamento diário da cobertura das eleições nos jornais impressos Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo, e no Jornal Nacional da Rede Globo,

Sobre a produção dos dados, a análise de valência aparece como a principal metodologia do site em questão, como segue:

A principal metodologia utilizada no Manchetômetro, a Análise de Valências, já pertence à tradição dos estudos de mídia e foi empregada de maneira pioneira no Brasil por Marcus Figueiredo, professor e pesquisador do antigo IUPERJ, atual IESP-UERJ. Tal análise busca responder à seguinte pergunta: o texto em questão expressa alguma posição quanto ao assunto ou aos personagens mencionados? Dividimos nossas valências em quatro tipos: positivas, negativas, neutras e ambivalentes. As notícias favoráveis são as que contêm referências predominantemente positivas ao personagem ou tema em questão, sejam elas factuais ou normativas (exemplo: “Programa X diminuiu drasticamente os níveis de desnutrição infantil nos estados da Região Nordeste” ou “Fulano de Tal cumpriu a maioria de suas promessas de campanha”); as contrárias são aquelas que contêm referências predominantemente negativas ao personagem ou tema em questão (exemplo: ‘Política econômica do governo não detém inflação’ ou ‘Cicrano não é um ministro confiável’; quando o texto é mormente descritivo e destituído de conteúdo claramente positivo ou negativo, ele recebe a classificação de neutro (exemplo: ‘Congresso aprova lei Y’ ou ‘Conheça as novas regras do programa Z’); e em caso de equilíbrio entre referências negativas e positivas, a notícia é classificada como ambivalente (exemplo: ‘Desemprego cai, mas inflação aumenta’). (MANCHETÔMETRO, 2014).

Nesse sentido, as Jornadas de Junho, o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a greve dos caminhoneiros são referenciadas neste trabalho como marcos reveladores de momentos da crise do nosso sistema democrático. É válido ressaltar que não faremos uma análise exaustiva dos seus significados, pois estamos conscientes das limitações do recorte escolhido, seja, analisar apenas um veículo midiático, o Jornal Nacional, assim como conscientes também de que esse fenômeno não é resultado de um processo monocausal. Portanto, analisaremos apenas de que maneira tais acontecimentos foram apresentados e refletidos pela mídia em questão, e como a mesma pode se utilizar desse fenômeno da

noticiário televisivo de maior audiência no país. A equipe também incluiu na base de dados e gráficos do site o período anterior à campanha eleitoral, retrocedendo a análise até o começo de 2014, a fim de que os usuários pudessem avaliar se houve mudanças com o advento do período de campanha. Após o fim do período eleitoral, o Manchetômetro continuou a acompanhar a cobertura de economia e política dos maiores veículos de comunicação brasileiros, produzindo dados quantitativos e artigos qualitativos acerca de tais temas (MANCHETÔMETRO, 2014).

insatisfação e/ou apatia para ajudar a construir uma narrativa de desconfiança em relação ao sistema político como um todo.

Confiança *versus* desconfiança: uma discussão teórica sobre mídia e política na contemporaneidade

O artigo de Luís Felipe Miguel (2010), *A mídia e o declínio da confiança na política* apresenta um balanço acerca das correntes teóricas que, na passagem do século, tentaram compreender ou, no limite, elucidar melhor o contexto atual das democracias representativas. Ele nos aponta que, destas tentativas, o que ficou claro para a maioria da literatura científica que se debruçou sobre a questão foi o entendimento de que o problema não estaria no sistema democrático, mas sim nos cidadãos por ele representado, motivo pelo qual “[...] boa parte da literatura adota um tom condenatório, culpando os cidadãos por alimentarem expectativas excessivas quanto ao funcionamento da democracia.” (MIGUEL, 2010, p. 223).

No que se refere à mídia e sua possível relação com o desgaste dos sistemas democráticos representativos, o autor apresenta três hipóteses pelas quais a literatura operacionalizaria suas análises sobre as relações entre os meios de comunicação, que ele chama de elite política e os eleitores. Estas hipóteses seriam:

- a) A hipótese do cinismo crescente do público, segundo o qual a elite política atual é tão boa quanto a do passado, mas os cidadãos se tornaram incapazes de apreciar suas virtudes;
- b) A hipótese do fim das ilusões, para qual a elite política passada é tão ruim quanto a atual, mas o público só agora abriu os olhos e deixou de ser engando como antes;
- c) A hipótese da percepção correta continuada, que entende que a qualidade média da elite política decaiu e, no passado, como agora o público é capaz de avaliá-la de forma acertada. (MIGUEL, 2010, p. 224).

Para a literatura corrente, estas hipóteses tentariam dar conta de entender o aumento da crença na incapacidade do sistema democrático representativo, em dar repostas ao grande número de demandas políticas (dos cidadãos) de nossa contemporaneidade. Essa espécie de descrença na política pode ser evidenciada, de forma clara, por três indicativos: “a descrença generalizada nas potencialidades da política institucional evidenciada com o aumento da abstenção eleitoral”; “a erosão das lealdades partidárias” e “e os *surveys* acerca da confiança no sistema e nas elites políticas” (MIGUEL, 2010, p.225).

Miguel (2010) segue afirmando que, em todas as análises que possam ser construídas a partir destas hipóteses encontraremos, sem dúvida, a participação dos meios de comunicação como algo central, uma vez que para ele “[...] em qualquer das três narrativas, os meios de comunicação de massa cumprem papel crucial, seja alterando as disposições do público, seja influenciando na qualidade da elite política.” (MIGUEL, 2010, p. 224).

Em seu texto também encontramos uma análise sobre os desdobramentos destas hipóteses na literatura especializada sobre o tema. Esta análise se inicia a partir da ideia de uma “espiral do cinismo”, segundo a qual a atual mudança de comportamento da elite do campo político pode ser pensada como um reflexo do comportamento de seus eleitores, ou seja, segundo esta literatura:

A hipótese é que existiria um círculo vicioso de realimentação entre a cobertura da imprensa sobre a política, as expectativas do público e o comportamento dos políticos. O cinismo de cada um reforçaria o cinismo dos outros: os políticos perceberiam que não vale a pena manter uma postura republicana, que priorize o bem comum, já que sempre serão encarados como autointeressados e carreiristas; os jornalistas saberiam que seus leitores esperam uma leitura da política nesse diapasão; o público veria sua crença no desregramento dessa atividade confirmada tanto pelo noticiário quanto por seus eventuais encontros com os políticos. (MIGUEL, 2010, p. 227).

O que temos aqui, em discussão, é a ideia de uma desconfiança excessiva por parte dos eleitores em relação à elite política contemporânea, fato que reforça o apontamento inicial de Miguel (2010), de que parte significativa da literatura procuraria uma resposta para a crise contemporânea do sistema democrático representativo na esfera dos eleitores e não na elite política ou nas próprias instituições governamentais do contexto político atual.

Dessa maneira, a hipótese do “espiral do cinismo” desenvolvida por Capella e Jamieson (1997), demonstra que os dispositivos do campo midiático possuem um papel muito relevante no atual cenário da política. Papel este, que nos permite apresentar a ideia do *príncipe eletrônico* desenvolvida por Octavio Ianni (1999).

Segundo este autor, na contemporaneidade:

As instituições clássicas da política estão sendo desafiadas a remodelar-se, ou a ser substituídas por anacronismo, já que outras e novas instituições e

técnicas da política estão sendo criadas, praticadas e teorizadas. Em lugar de *O príncipe* de Maquiavel e de *O moderno príncipe* de Gramsci, assim como de “outros príncipes” pensados e praticados no curso dos tempos modernos, cria-se o príncipe eletrônico, que simultaneamente subordina, recria, absorve ou simplesmente ultrapassa os outros. (IANNI, 1999, p. 12).

Segundo as perspectivas de Ianni (1999) e de Miguel (2010), contemporaneamente, os dispositivos midiáticos, por meio da veiculação de seus regimes discursivos possuem cada vez mais a capacidade de modificar as disposições, tanto dos eleitores, quanto dos agentes do campo político. Característica essa que colocaria os dispositivos midiáticos em um lugar privilegiado dentro das relações e disputas políticas como um todo.

Segundo Ianni (1999), para vislumbrarmos a centralidade que os discursos midiáticos podem assumir nos contextos das dinâmicas políticas contemporâneas, temos que assumir como pressuposto a ideia de que:

As tecnologias da mídia e das suas articulações sistêmicas, tomadas em si, sem qualquer aplicação podem ser consideradas inocentes, neutras. Quando inseridas nas atividades sociais, nas formas de sociabilidade, ou melhor, nos jogos das forças sociais, nesses casos transforma-se em técnicas sociais. Passam a dinamizar, intensificar, generalizar, modificar ou bloquear relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais ativas em todas as esferas da sociedade nacional e mundial. Nesse sentido é que adquirem presença, força e abrangência de técnicas sociais de organização, funcionamento, mudança, controle, administração das formas de sociabilidade e dos jogos das forças sociais. (IANNI, 1999, p. 20).

Esse argumento pode ser fortalecido quando agregamos o que Miguel (2010) chamou de o “despertar do espírito crítico”. Nessa perspectiva, o aumento da desconfiança do eleitorado em relação aos seus representantes do campo político deve-se ao fato de os cidadãos terem “aberto os olhos”, “[...] a elite política sempre teria sido mais ou menos do jeito que as pessoas imaginam que ela é hoje – incompetente, despreocupada com o povo, corrupta. Só que antes o público não sabia disso.” (MIGUEL, 2010, p. 230).

Seria, justamente, neste longo processo de aprendizagem sobre questões relativas às instituições governamentais e ao próprio funcionamento do campo

político, que a produção de informações pelos dispositivos do campo midiático ganharia grande importância no contexto político contemporâneo.

Por essa perspectiva, temos a ideia de que “[...] se hoje não existem ‘grandes líderes’ similares aos do passado, não é porque faltem candidatos ao cargo, mas porque temos informações em excesso sobre eles.” (MIGUEL, 2010, p. 230). Esta segunda hipótese de trabalho, apresentada e discutida por Miguel (2010), está muito próxima ao ponto da reflexão de Ianni (1997), que valoriza a não passividade do público midiático, mais especificamente a do eleitor diante das relações estabelecidas entre o chamado príncipe eletrônico e os agentes do campo político, pois:

É a mídia que forma e conforma, ou influência, decisivamente as mentes e os corações de muitos, da grande maioria, em todo o mundo. [...]. Isso não significa que o leitor, o ouvinte, o espectador, a audiência ou o público são inertes, passivos. É claro que eles são sempre ativos radicados nos jogos das atividades sociais, compreendendo as condições concretas de vida e trabalho. (IANNI, 1997, p. 3).

Diante disso, podemos nos deter sobre a terceira ideia de trabalho apresentada e trabalhada por Miguel (2010), a hipótese da decadência das elites políticas. Nesta perspectiva, a centralidade dos meios de comunicação junto aos contextos políticos contemporâneos chega a seu extremo. Isso se dá por que:

A mídia eletrônica contribui para personalizar as disputas de poder, tornando os partidos menos centrais, seja para os candidatos (que prescindem deles para se comunicar com o público), seja para os eleitores (que pouco os levam em conta para fazer suas escolhas) como observa Sartori e muitos outros. (MIGUEL, 2010, p. 230).

No limite, esta ideia nos revela “[...] a percepção de um público informado, que passa a avaliar de maneira mais crítica uma classe política que não é nem melhor nem pior que a do passado, conflita como senso comum, para o qual há uma decadência dos governantes.” (MIGUEL, 2010, p. 233). A hipótese de uma decadência das elites políticas quando pensada a partir da centralidade da veiculação dos discursos midiáticos se aproxima em muito do que Ianni (1999) apresenta ao discorrer sobre as potencialidades do príncipe eletrônico.

Segundo ele, em nossa contemporaneidade a preponderância da centralidade da mídia nas dinâmicas do campo político gera uma condição pela qual

“[...] em diferentes gradações, conforme as peculiaridades institucionais e culturais da política em cada sociedade, o príncipe eletrônico influencia, subordina, transforma ou mesmo apaga partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião.” (IANNI, 1999, p. 24).

Em síntese, podemos dizer que para Miguel (2010), a contemporaneidade pode ser entendida como um contexto em que “[...] a desconfiança em relação aos políticos é elemento de uma desconfiança generalizada, em relação a qualquer discurso de poder, o que, aliás, inclui o próprio discurso da mídia [...]” (MIGUEL, 2010, p. 238). Um contexto em que a desconfiança nas instituições representativas evidenciaria os limites do sistema democrático representativo. Em suas palavras:

[...] sob essa perspectiva, a desconfiança em relação a classe política remete ao fato de que ela é *estruturalmente* incapaz de cumprir os compromissos com seus constituintes, dados os vieses da representação política formal. Não se trata, assim, de uma elite política que piorou ou de uma população que abriu os olhos quanto aos defeitos de seus governantes, mas de um processo histórico que evidenciou os limites da democracia eleitoral que temos. (MIGUEL, 2010, p. 238, grifo do autor).

Segundo Miguel, por essa perspectiva, viveríamos contemporaneamente em um contexto em que:

Os meios de comunicação - em particular, a televisão - reduziriam a capacidade cognitiva do eleitorado, ao mesmo tempo que o fariam imaginar que possuiria mais informação sobre a vida política, levando a piores escolhas; enfraqueceriam os partidos políticos, tornando a política uma disputa entre personalidades; e obrigariam os líderes políticos a apresentar respostas apressadas aos acontecimentos. Dessa forma, contribuiriam para a redução na qualidade da tomada de decisões. (MIGUEL, 2010, p. 236).

O que se coloca em questão a partir das discussões de Miguel (2010) são os limites entre as ideias de confiança e desconfiança para as dinâmicas de reprodução e funcionamento do campo político contemporâneo. Sobre estes limites, a partir de Moisés (2005), pode-se afirmar que certo grau de desconfiança é benéfico para o bom andamento de uma democracia, no entanto, a desconfiança generalizada pode levar ao comprometimento do funcionamento do regime democrático como um todo, o que gera um grande problema para a qualidade

do sistema político em contextos de democracias já consolidadas, assim como para os processos de consolidação do sistema representativo em países de democracia recente, como no caso do Brasil.

A construção da desconfiança e a crise da democracia: um exercício introdutório de análise

As discussões teóricas empreendidas até aqui, que tiveram como base o pensamento de Luis Felipe Miguel e Octavio Ianni, nos permite visualizar a intrínseca relação existente entre a mídia e a política na contemporaneidade. Pretende-se construir, de agora em diante, um breve e introdutório exercício de análise sobre o contexto político nacional, tomando por base algumas das hipóteses teóricas apresentadas acima e o lugar ocupado pelos meios de comunicação em nosso país. Os resultados da Pesquisa Brasileira de Mídia – PBM (BRASIL, 2016a) realizada em 2016, a pedido da Secretaria de Comunicação Social⁷ pode nos ajudar a pensar tal relação.

Para a realização desta pesquisa, foram utilizados os dados do Censo Demográfico de 2010 e da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2014, ambos realizados pelo IBGE. Tais pesquisas foram realizadas com a população de 16 anos ou mais em todas as unidades federativas (BRASIL, 2016a). Entre tantas outras coisas, também buscou olhar para uma das questões centrais de nosso artigo, a relação entre as informações veiculadas pelos dispositivos midiáticos e seus consumidores e, segunda ela:

[...] mais da metade dos entrevistados que assistem TV confiam sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas por esse meio. É possível observar que quase seis em cada dez ouvintes de rádio confiam sempre ou quase sempre nas notícias divulgadas por essa mídia, proporção semelhante entre os leitores de jornais. Por volta de quatro em cada dez leitores confiam sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas nas revistas. Por sua vez, a maioria dos usuários de internet confia poucas vezes ou nunca confia nas notícias de sites, de blogs e de redes sociais. (BRASIL, 2016a, p. 33).

⁷ De acordo com a legislação brasileira em vigor (Lei nº 10.683/2003, art. 2ºB, III), a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) tem entre suas missões institucionais a atribuição de organizar e desenvolver um sistema de informação e pesquisa de opinião pública, cujos principais objetivos devem ser monitorar as demandas da sociedade por políticas e serviços públicos bem como a avaliação que a sociedade faz dessa oferta de políticas e serviços públicos (BRASIL, 2016a, p. 3).

Este estudo também busca localizar qual o meio de comunicação preferido pelos brasileiros, tendo em vista o acesso e o uso dos mesmos, sobre isso ele aponta que:

A TV é o meio de comunicação mais acessado pelos entrevistados, sendo mencionada pela quase totalidade da amostra. Pouco mais de três quartos dos entrevistados assistem TV todos os dias da semana. O acesso é mais frequente entre segunda e sexta-feira, e o tempo médio de acesso supera as três horas diárias. As emissoras da TV aberta são as mais assistidas, principalmente a Rede Globo. (BRASIL, 2016a, p. 33).

A seguir, podemos perceber de forma mais clara a superioridade da TV enquanto meio de comunicação preferido e mais utilizado pelos entrevistados:

Tabela 1 – Meios de comunicação mais consumidos

| Base: Amostra (15050) | 1ª MENÇÃO | 1ª+2ª MENÇÕES |
|--|--------------|------------------|
| TV | 63% | 89% |
| Internet | 26% | 49% |
| Rádio | 7% | 30% |
| Jornal | 3% | 12% |
| Revista | 0% | 1% |
| Meio externo (placas publicitárias, outdoor, ônibus, elevador, metrô, aeroporto) | 0% | 0% |
| Outro (Esp.) | 0% | 2% |
| NS/NR | 0% | 0% |

Fonte: PBM 2016

Ele também identifica que, dentre as emissoras de TV, a Rede Globo desponta como a preferida e mais consumida pelo público:

Tabela 2 – Emissoras de TV mais consumidas

| Base: Costuma assistir TV (14666) | 1ª | 1ª+2ª |
|--|---------------|----------------|
| | MENÇÃO | MENÇÕES |
| Globo | 56% | 73% |
| SBT | 11% | 36% |
| Record | 12% | 32% |
| Band | 3% | 11% |
| Globo News | 1% | 2% |
| SporTV | 1% | 2% |
| Discovery Channel | 1% | 2% |
| Fox | 1% | 2% |
| RBS TV | 1% | 1% |
| Cultura | 0% | 1% |
| TV Canção Nova | 0% | 1% |
| TV Aparecida | 0% | 1% |
| Rede Vida | 0% | 1% |
| Telecine Pipoca | 0% | 1% |
| BandNews TV | 0% | 1% |
| GNT | 0% | 1% |
| TNT | 0% | 1% |

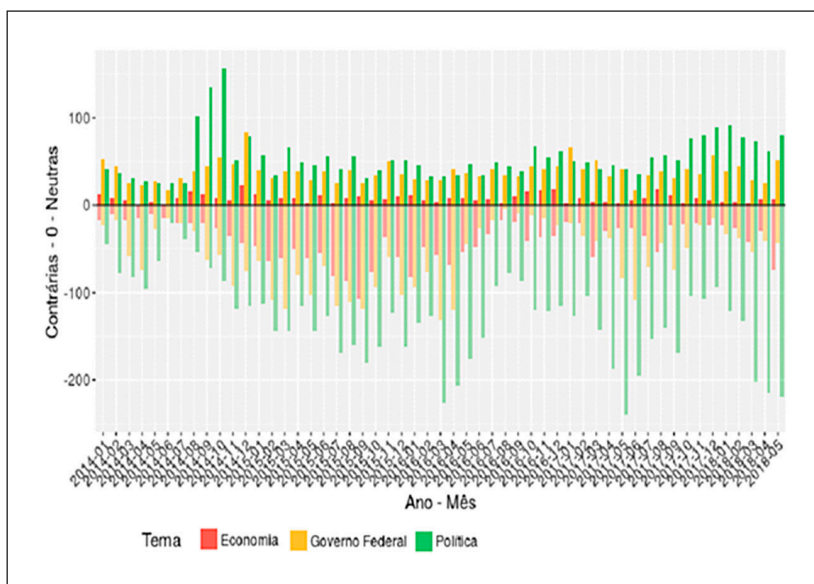
Fonte: PBM 2016

Os dados acima apresentados, enquanto resultados da Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM), justificam nosso recorte empírico, a cobertura do Jornal Nacional sobre a dinâmica política do país, um telejornal que é exibido desde 1969 e que figura entre os carros-chefes da programação da emissora de TV mais vista no país. Emissora que assim apresenta o seu fazer jornalístico:

De todas as definições possíveis de jornalismo, a que o Grupo Globo adota é esta: jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. Qualquer fato e qualquer pessoa: uma crise política grave, decisões governamentais com grande impacto na sociedade, uma guerra, uma descoberta científica, um desastre ambiental, mas também a narrativa de um atropelamento numa esquina movimentada, o surgimento de um buraco na rua, a descrição de um assalto à loja da esquina, um casamento real na Europa, as novas regras para a declaração do Imposto de Renda ou mesmo a biografia das celebridades instantâneas. O jornalismo é aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade. [...] Em resumo, portanto, jornalismo é uma atividade cujo propósito central é produzir um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. (PRINCÍPIOS..., 2011).

Nesse sentido apresentamos a seguir como foi, segundo o Manchetômetro, a cobertura do Jornal Nacional sobre três grandes temas: Política, Economia e Governo Federal:

Gráfico 1 – Abordagem Jornal Nacional: Política, economia e governo federal (2014 - 2018)

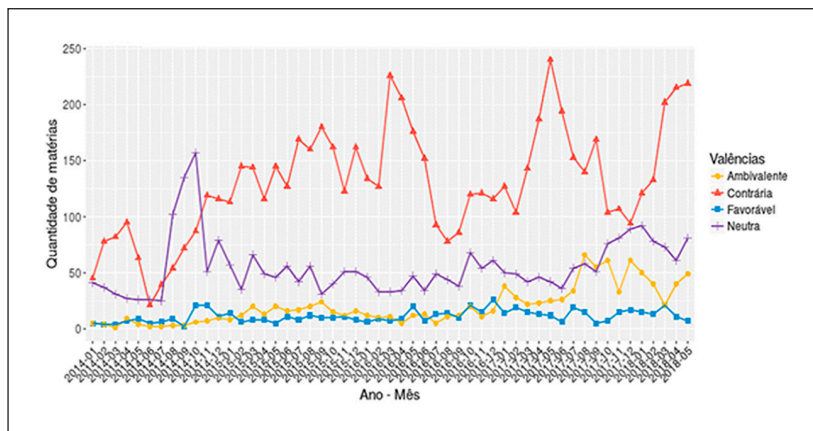


Fonte: Manchetômetro

Como podemos observar, neste período de tempo, o governo federal e a política de forma geral aparecem na cobertura do Jornal Nacional de forma contrária, ou seja, na maioria das matérias apresentadas por esse dispositivo midiático os temas diretamente ligados ao contexto da dinâmica política foram apresentados com referências predominantemente negativas.

Uma vez que a temática da política foi a que mais recebeu matérias contrárias no período aqui estudado, será a partir dela que construiremos nosso exercício de análise. Tal temática foi assim retratada pelo Jornal Nacional de janeiro de 2014 a maio de 2018:

Gráfico 2 – Abordagem Jornal Nacional: Política (2014 - 2018)



Fonte: Manchetômetro

O gráfico acima acentua a conotação negativa, expressa pela valência contrária, atribuída a temática da política nas edições do Jornal Nacional nos últimos anos. Também permite destacar a disparidade entre o número de matérias contrárias produzidas em relação ao número de matérias favoráveis ou neutras, diante da temática política.

Ao relacionarmos esses dados, tendo em vista as potencialidades dos discursos informativos em nossa contemporaneidade já que “[...] mais da metade dos entrevistados que assistem TV confiam sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas por esse meio” (BRASIL, 2016a, p. 33) e as ideias sobre a produção de uma narrativa da desconfiança acerca da política apresentada por Miguel (2010), no limite, podemos começar a pensar sobre o papel dessa produção midiática em um contexto de crise do sistema democrático nacional que antes anunciamos.

Nosso recorte empírico se encerra em maio de 2018, mês marcado por uma greve nacional dos caminhoneiros, levando o país a um cenário inusitado, instaurando um estado de crise em todo o país:

Mesmo depois de Temer anunciar com otimismo o acordo, a greve de caminhoneiros chega ao 5º dia e causa reflexos pelo país; governo aciona forças federais para desbloquear estradas. Os caminhoneiros mantêm a estratégia de ficarem concentrados principalmente nos acostamentos. A lista de aeroportos que ficaram sem combustível aumenta. A falta de combustível limita circulação de ambulâncias e cancela cirurgia em alguns estados. [...] Os problemas de abastecimento se agravam: a Associação

Brasileira de Proteína Animal (ABPA) diz que 64 milhões de aves e pintinhos já morreram, 1 bilhão de aves e 20 milhões de suínos estão sem ração, 167 unidades de produção de carne estão com atividades suspensas e 234 mil trabalhadores estão com atividades interrompida. (CRONOLOGIA..., 2018).

Este estado de crise revelou um tipo de clamor por uma possível intervenção militar, acontecimento que ganhou destaque diante da insegurança da greve e que repercutiu em diversos meios de comunicação, como vemos, por exemplo, em uma matéria do jornal Folha de São Paulo de 30/maio, intitulada “Clamor por intervenção militar é semelhante ao de 1964, diz general da reserva”.

Nesta matéria, o dispositivo midiático apresenta uma entrevista com um membro da reserva do exército nacional, na qual, uma das perguntas tem como tema específico essa percepção de pedidos por intervenção militar:

[...] Como o Sr. vê os pedidos de intervenção militar presentes nos protestos dos caminhoneiros?

Não são só os caminhoneiros. Há um crescimento exponencial desse tipo de manifestação. Não é igual a 64, mas é semelhante, guardadas as enormes diferenças e as devidas proporções. A semelhança é esse clamor popular pela intervenção militar. (FLECK, 2018).

Aqui chegamos a um ponto nodal para nossa reflexão, é possível pensar em uma relação entre esse clamor por parte da população nacional por uma intervenção militar e a produção negativa dos dispositivos midiáticos acerca dos temas ligados a política, contexto em que o Jornal Nacional figura como um destes dispositivos?

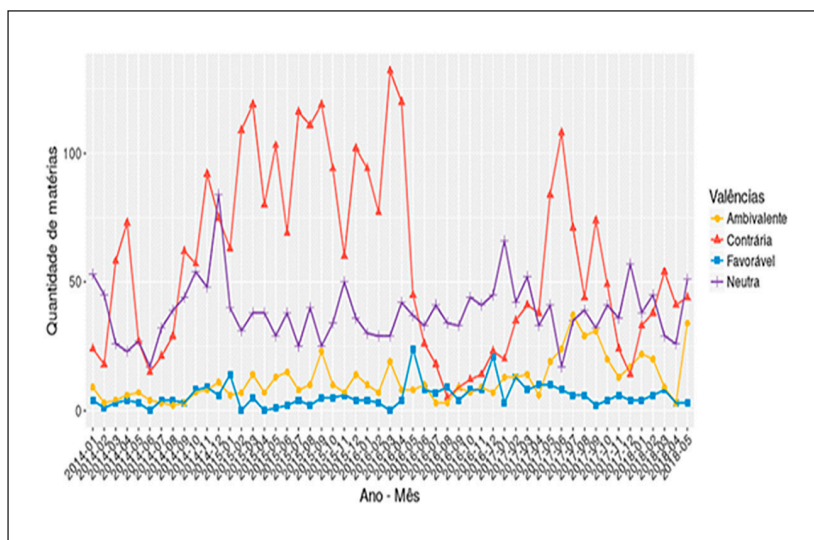
Em nosso entender, estes dois fatos – o clamor por intervenção e a produção midiática sobre política – podem estar reciprocamente ligados, sobretudo se pensarmos a partir da ideia da construção de uma desconfiança em relação aos assuntos da política, dada pela veiculação dos discursos midiáticos contrários a dinâmica política em si.

A ligação entre estes dois fatos fica mais evidente quando pensamos a relação entre os dispositivos midiáticos e seus consumidores como uma relação de cumplicidade, lembrando que grande parte deste público confia quase sempre na notícia consumida. Além disso, para muitos desses, os militares não fazem parte do mundo da política, mundo tão desprestigiado pelo discurso midiático

em questão e por isso apareceriam como uma solução para o atual momento de crise no país.

Já vimos a narrativa construída pelo Jornal Nacional sobre a temática da política, trabalhando com essa ideia da construção de uma narrativa de desconfiança em relação à política, olhemos agora a forma pela qual este mesmo telejornal retratou a esfera do governo federal no período aqui discutido:

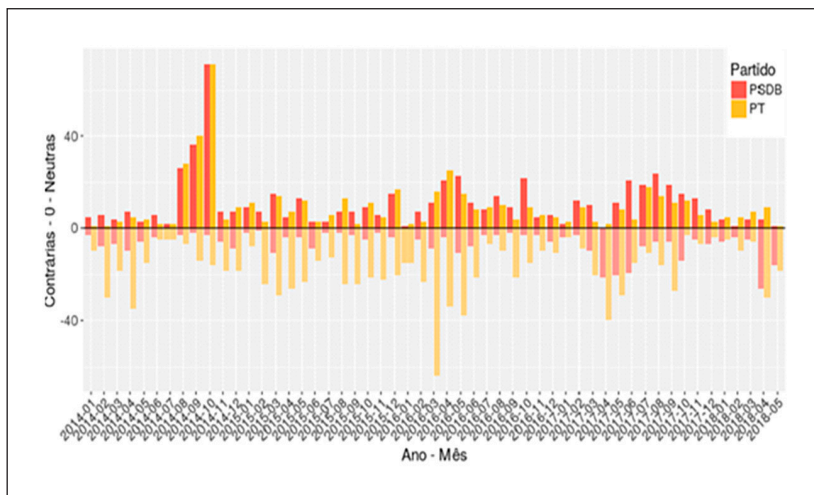
Gráfico 3 – Abordagem Jornal Nacional: Governo federal (2014 - 2018)



Fonte: Manchetômetro

Esta percepção, acerca da construção de uma narrativa contrária aos assuntos próprios da dinâmica política nacional, é ainda mais compreensível quando olhamos para o modo pelo qual os principais partidos políticos, tendo em vista que são os dois partidos eleitos na esfera federal nos últimos cinco pleitos eleitorais, aparecem na cobertura do telejornal em questão:

Gráfico 4 – Abordagem Jornal Nacional: Partidos políticos (2014 - 2018)



Fonte: Manchetômetro

É observável, a exemplo das duas temáticas – política e governo federal – os dois partidos também ocupam um lugar expressivo de negatividade na narrativa sobre o contexto das dinâmicas políticas do país construídas pelo Jornal Nacional, lugar esse que também é expresso pelo grande número de edições do telejornal com valências contrárias a estes partidos.

Sendo assim, de forma geral, podemos apontar que a partir da cobertura realizada pelo dispositivo midiático Jornal Nacional, seus consumidores estiveram em constante contato com uma narrativa que desqualifica as instituições políticas do país, revelando assim o que podemos chamar de um processo de construção, via dispositivo midiático, da desconfiança em relação à esfera política nacional.

Considerações finais

A democracia brasileira vive, na atualidade, um momento de crise, apontamos as Jornas de Junho de 2013, o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e a greve dos caminhoneiros, em maio deste ano, como momentos representativos desta crise. Em meio a amplitude deste processo buscamos, neste trabalho, refletir de maneira introdutória, acerca de qual é o papel dos dispositivos midiáticos em relação ao crescente processo de desconfiança dos cidadãos em relação às instituições políticas.

Uma vez que nosso sistema democrático pertence ao conjunto das chamadas democracias recentes, ou seja, aos sistemas democráticos em que as instituições políticas, assim como a ideia de uma cultura cívica ainda se encontram em desenvolvimento, podemos dizer que os dispositivos midiáticos se colocam cada vez mais como um importante e fundamental agente no jogo político nacional. Tais dispositivos se inseriram nas dinâmicas do campo político do país e se potencializam na medida em que essa dinâmica faz parte de um contexto mais global.

Pesquisas realizadas na última década e meia mostraram isso para o Brasil, México e Chile (MOISÉS, 1995; DURAND PONTE, 2005; HUNEEUS, 2004), e mostraram que existe associação entre os sentimentos de insatisfação com a democracia, apatia ou impotência política e a desconfiança dos cidadãos de instituições democráticas. Tampouco é diferente a situação da Coreia do Sul estudada por Shin (SHIN, 2005). Em vários desses países, as instituições democráticas se originaram de estruturas do regime autoritário e, muitas vezes, mostraram-se incoerentes com seus objetivos, mesmo quando conheceram reformas importantes, não tendo tido ainda oportunidade de passar pelo processo de rotinização que, no caso das democracias mais antigas, malgrado seu mal estar recente, foi um ingrediente importante de seu longo processo de consolidação (MOISÉS, 2008, p.8).

É nesse ponto que a construção de uma narrativa da desconfiança pelos dispositivos midiáticos em relação as dinâmicas e a instituições políticas se torna extremamente nociva ao processo de consolidação da democracia no Brasil. Essa narrativa ao exacerbar os aspectos negativos de nosso sistema político potencializa a ideia de um agente não político como solução para o momento de oscilação deste sistema.

A ideia deste agente não político, ou desta negação das matérias próprias da política institucional se fez visível no universo simbólico do pensamento político nacional com as chamadas jornadas de junho de 2013, momento em que o clamor por uma política não partidária ganhou as ruas do país. A negação em relação “às coisas da política”, também se fez fortemente presente nas eleições municipais de 2016 – ano marcado pela negação do resultado das eleições de 2014 por meio do afastamento de presidenta democraticamente eleita – em que o número dos chamados votos de protestos ganharam maior destaque em cidades como São Paulo, por exemplo, município que em um espaço de quatro anos

(2012/2016) ocorreu um aumento real de 3% no número total de abstenções de voto, o que significa dizer que 347.732 eleitores deixaram de escolher um possível representante entre os candidatos a prefeito e vereadores, como podemos ver:

Tabela 3 – Eleições municipais na cidade de São Paulo

| Ano | Total de eleitores | Votos comprovados | Abstenções |
|------|--------------------|----------------------|----------------------|
| 2012 | 8.619.170 | 7.026.448 - (81,52%) | 1.592.722 - (18,48%) |
| 2016 | 8.886.185 | 6.945.741 - (78,16%) | 1.940.454 - (21,84%) |

Fonte: Elaboração própria com dados de Brasil ([2012 e 2016], 2016b).

Neste ano, durante a greve dos caminhoneiros (maio/2018), a negação da política fez-se ouvir através dos gritos por intervenção militar que apareceram durante a manifestação novamente. Essa negação do político, esse clamor por uma intervenção militar e a produção de uma narrativa de desconfiança sobre as coisas da política pela mídia nacional, podem estar reciprocamente ligados, sobretudo quando pensamos a relação entre os dispositivos midiáticos e seus consumidores como uma relação de reciprocidade, uma vez que grande parte dos consumidores dos discursos midiáticos confiam quase sempre na notícia consumida.

Entendemos a complexidade do tema aqui abordada e as limitações de um trabalho teórico como este – uma vez que uma maior discussão sobre o assunto demanda uma pesquisa empírica de grande fôlego. Finalizamos, por ora, essa discussão apontando que, no contexto contemporâneo da democracia nacional, a narrativa midiática sobre “as coisas da política” pode sim, pelo menos no que diz respeito aos últimos anos, ser entendida como um grande e fundamental fator na construção da desconfiança diante de nossa frágil e incipiente democracia; revelando, de forma incisiva, o papel exercido pelos dispositivos midiáticos na dinâmica política nacional.

THE CONSTRUCTION OF MISTRUSTS AND THE CRISIS OF DEMOCRACY: MEDIA AND POLITICS IN CONTEMPORARY BRAZIL

ABSTRACT: *With the aim of problematizing the centrality of the media in relation to the contemporary political dynamics, taking a historical period of events that begin from the days of June 2013, the impeachment process of the president Dilma Rousseff occurred in 2016, until the truckers strike which took place in May 2018 - understood as processes that express*

a moment of crisis experienced by representative democracy in the country - this article takes the relation between media and politics as object of study. The theoretical approach will be based on the analysis of Ianni (1997) and Miguel (2010), authors who, in reviewing the literature on this subject, reiterate the hypothesis that the media constructs a discourse of distrust about politics. For doing so, the content of the news published in Jornal Nacional, Rede Globo, during the periods mentioned above will be analyzed, based on data from the Manchetômetro site.

KEYWORDS: *Democracy. Media. Policy.*

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Não-lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F.; MOTA, F. F. Mídia, eleições e pesquisa de opinião no Brasil (1989-2010): um mapeamento da presença das pesquisas na cobertura eleitoral. **Revista com Política**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, p. 68-89, mar.-abr. 2011.

BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. *In:* ORTIZ, R. (org.). **Bourdieu sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 156-183.

BRASIL. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Relatório final pesquisa brasileira de mídia:** PBM 2016. Brasília: SECOM, 2016a. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>. Acesso em: 17 set. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Informações sobre as Eleições 2016 para prefeito, vice-prefeito e vereador.** Brasília: TSE, 2016b. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2016/eleicoes-2016>. Acesso em: 13 maio 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições anteriores.** Brasília: TSE, [2012 e 2016]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>. Acesso em: 13 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p.2, 29 maio 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10683-28-maio-2003-496772-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 fev. 2019.

CAPPELLA, J. N.; JAMIESON, K. H. **Spiral of cynicism: the press and the public good**. Oxford: Oxford University Press, 1997

CRONOLOGIA: greve dos caminhoneiros. **G1**, [S.l.], 25 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/cronologia-greve-dos-caminhoneiros.ghtml>. Acesso em: 02 set. 2018.

DAHL, R. A. A democratic paradox? **Political Science Quarterly**, Washington, v. CXV, n.1, p. 35-40, 2000.

FLECK, I. Clamor por intervenção militar é semelhante ao de 1964, diz general da reserva: General Heleno, ex-comandante no Haiti, porém, afirma que Forças Armadas repudiam a ideia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 maio 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/clamor-por-intervencao-militar-e-semelhante-ao-de-1964-diz-general-da-reserva.shtml>. Acesso em: 02 set. 2018.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: PUC, 1978. (Série Cadernos da PUC/RJ: Série letras e artes, n.6).

IANNI, O. O príncipe eletrônico. **Perspectivas**, São Paulo, v.22, p.11- 29, 1999.

IANNI, O. A política mudou de lugar. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 3-07, 1997.

MANCHETÔMETRO. [Rio de Janeiro]: LEMEP, 2014. Disponível em: <http://www.manchetometro.com.br/>. Acesso em: 02 set. 2018.

MIGUEL, L. F. A mídia e o declínio da confiança na política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, 2010, p. 223-240.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Comunicação e política: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, 2010. p. 07-23.

MOISÉS J. Á. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, v. XI, n. 1, p. 33-63, mar. 2005.

MOISÉS, J. Á.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p.1-42, jun. 2008.

NORRIS, P. **Critical citizens: global support for democratic governance**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

PRINCÍPIOS editoriais do grupo Globo. **Globo**, Rio de Janeiro, 6 ago. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>. Acesso em: 02 set. 2018.

Recebido em 8 de julho de 2018

Aprovado em 16 de novembro de 2018